



**O** dados monitorados pelo Observatório Covid-19 Fiocruz continuam a revelar a manutenção das tendências de queda dos indicadores da pandemia de Covid-19, com a efetividade da campanha de vacinação, que tem, entre os seus objetivos, o de reduzir a gravidade da doença entre os vacinados. E isso está sendo demonstrado. Um novo padrão da pandemia é mostrado pela menor pressão por leitos hospitalares e menor letalidade dos casos registrados nas últimas seis Semanas Epidemiológicas.

Os indicadores de casos e óbitos vêm mantendo a tendência de redução desde a Semana Epidemiológica 26 (27/6 a 3/7). O indicador relacionado aos níveis de atividade e incidência de Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG) manteve-se estável nas últimas cinco semanas epidemiológicas, com ligeiro aumento na Semana 46 (14/11 a 20/11). As taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos no SUS obtidas em 22 de novembro indicam a manutenção do indicador em níveis baixos na maior parte do país, com 24 estados e 22 capitais fora da zona de alerta.

É importante reforçar a atenção com os níveis de transmissão com a proximidade da temporada de festas e férias, quando pode haver decisões quanto à flexibilização de algumas medidas que poderiam estar equivocadas quando apoiadas em dados de notificação com atrasos, ou mesmo sujeitos a represamento e/ou não disponibilizados de modo oportuno. Esses dados são fundamentais para que o país possa estar preparado para identificar rápida e precisamente quaisquer possíveis surtos locais ou mesmo o retorno de altas taxas de transmissão da doença, como vem acontecendo em alguns países da Europa.

Também é importante destacar que os sistemas de informação vêm apresentando problemas na coleta, digitalização e disponibilização de registros de casos e de óbitos. As falhas se refletem na divulgação de registros. **O contexto atual de recrudescência da Covid-19 em países europeus, que pode estar associada parcialmente à estrutura etária da população, assim como o acompanhamento da cobertura da dose de reforço, trazem a urgência de manter as análises no Brasil por faixa etária. Infelizmente, o Boletim desta quinzena não apresentará estas análises, já que a base de dados do SivepGripe, tradicionalmente disponibilizada a partir da noite de quarta-feira, não estava disponível até o fechamento desta edição, em 25 de novembro, às 17h, impedindo a realização da análise.**

O que ocorre atualmente em determinados países europeus deve

servir de alerta para o Brasil neste momento, pois eles vêm vivenciando uma nova onda de transmissão da doença em meio à chegada do inverno, que tem impactado principalmente locais com baixa cobertura vacinal e populações não vacinadas. A Inglaterra, mesmo tendo alta cobertura de imunizações, vem adotando medidas de proteção complementares, incluindo doses de reforço entre os vacinados.

A possibilidade de espalhamento de novas variantes nesses países, acompanhada pela grande mobilidade internacional, é de forte preocupação para a América do Sul, que vive um momento de baixa transmissão. É importante manter bom controle sanitário dos viajantes e prever a restrição de entradas, seja pela exigência de passaporte de vacinação, seja de testes negativos, conforme o que já vem sendo feito por vários outros países.

As vacinas não bloqueiam completamente a transmissão, mas contribuem para reduzir os casos críticos, graves, internações e óbitos. Por isso, é importante continuar avançando para que a população complete o esquema vacinal de forma a continuar aumentando a cobertura vacinal. A hipótese da proteção por ela conferida diminuir com o decorrer do tempo tem levado à necessidade do reforço vacinal de forma mais generalizada na população adulta e pode voltar a expor a risco de infecção uma parcela de pessoas vacinadas, devido a esta perda de imunidade. Em um cenário como este é preciso ampliar a vacinação e manter procedimentos de distanciamento físico, o uso de máscaras e a higienização das mãos como medidas que devem ser combinadas com a promoção da ampliação da vacinação e vigilância de casos novos e de seus contatos.

O fim de ano se aproxima e a perspectiva das festas e do verão, em um contexto em que as pessoas vão se sentindo mais tranquilas e relaxadas frente à pandemia, remete para a necessidade de se clamar por cautela e monitorar quaisquer possíveis sinais de recrudescimento da doença. É preciso continuar avançando na vacinação de primeira e segunda doses, bem como no reforço vacinal. Medidas como a exigência do passaporte de vacinas em locais públicos, e de controle da situação vacinal e testagem de viajantes no país, devem ser implementadas ou expandidas, além da exigência de vacinação contra Covid-19 para entrada no Brasil, como recomendado pela Anvisa<sup>1,2</sup>. Também é importante manter o uso de máscara em ambientes abertos com aglomeração, ambientes fechados públicos e mesmo em ambientes fechados privados em circunstâncias que reúnam pessoas que não coabitam, especialmente os indivíduos de grupos vulneráveis.

1. [https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/Modalterrestre\\_SEI\\_ANVISA1668800NotaTecnica.pdf](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/Modalterrestre_SEI_ANVISA1668800NotaTecnica.pdf)

2. [https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/Modalaereo\\_SEI\\_ANVISA1669858NotaTecnica1.pdf](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/Modalaereo_SEI_ANVISA1669858NotaTecnica1.pdf)

## Casos e óbitos por Covid-19

As últimas duas Semanas Epidemiológicas (de 7 a 20 de novembro) mostram uma nova queda nos indicadores da transmissão da Covid-19, porém com fortes oscilações dos registros nos estados. Foram notificados, ao longo das SE 45 e 46, uma média diária de 9,8 mil casos confirmados e 230 óbitos por Covid-19. Esses valores representam a redução do número de casos registrados (-1,0% ao dia) e do número de óbitos (-1,2% ao dia). Houve também uma redução da taxa de letalidade, que vinha se mantendo em patamares em torno de 3%, para um valor mais próximo aos padrões internacionais, de 2,3%.

As maiores incidências de casos foram observadas em Rondônia, Paraíba, Espírito Santo e Goiás, estados que vêm mantendo altas taxas de incidência ao longo de todo o mês de novembro, com valores superiores a 10 casos por 100 mil habitantes. Em relação à mortalidade houve redução significativa das taxas em diversos estados, que se encontram abaixo de 0,3 óbito por 100 mil habitantes. Maiores taxas de letalidade foram verificadas em Alagoas, São Paulo e Distrito Federal, com valores acima de 5%. Esses e outros dados sobre vacinação, mortalidade e indicadores da transmissão de Covid-19 podem ser visualizados no sistema MonitoraCovid-19, disponibilizado pelo Instituto de Comunicação e Informação em Saúde (Icict/Fiocruz).

Considerando a série histórica recente, esses valores mostram a manutenção da tendência de redução dos impactos da Covid-19 no país, que vem se mantendo com uma taxa de decréscimo de 0,8% e 1,3% ao dia para casos e óbitos, respectivamente, desde a semana 26 (início de julho).

Alguns estados, como Rondônia, Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo e Santa Catarina, apresentaram alta no número de óbitos, enquanto somente Goiás apresentou alta no número de casos. Essas tendências, por vezes discrepantes, podem se dever à defasagem entre esses indicadores, em torno de duas semanas. No entanto, se observa ainda uma grande oscilação de tendências em alguns, como Acre e Goiás, que apresentaram um aumento abrupto no número de casos, após algumas semanas de queda, e a Paraíba, que teve uma drástica redução do número de casos de Covid-19, após várias semanas de alta. Essas alterações rápidas não podem ser atribuídas à dinâmica de transmissão e adoecimento, mas se deve a problemas no fluxo de dados.

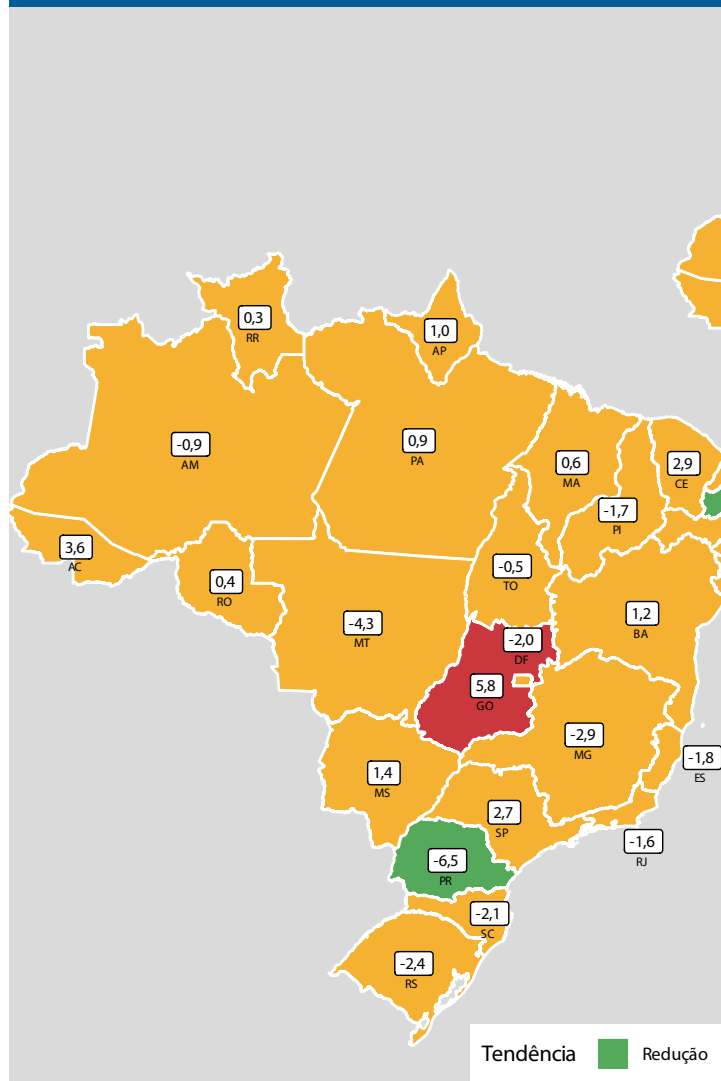
Os sistemas de informação vêm apresentando problemas na coleta, digitalização e disponibilização de registros de casos e de óbitos. As falhas se refletem na divulgação de registros, ora muito abaixo do esperado, ora de aumento abrupto no número divulgado de casos de Covid-19, como observado desde a SE 37.

A irregularidade do fluxo de notificação de casos e óbitos prejudica o acompanhamento da pandemia e a avaliação dos possíveis impactos de medidas de flexibilização, que vêm sendo adotadas em alguns estados e municípios. A proximidade da temporada de festas e de férias apresenta riscos de decisões equivocadas, baseadas em dados com atraso e sujeitos a represamento. O país, e suas unidades federativas, deve estar preparado para identificar rápida e precisamente possíveis surtos locais ou mesmo o retorno de altas taxas de transmissão da doença, como vem acontecendo em alguns países da Europa. Para assegurar o transcurso do verão em condições seguras é essencial o aperfeiçoamento de sistemas de informação, bem como a análise e divulgação oportuna de tendências e condições de risco.

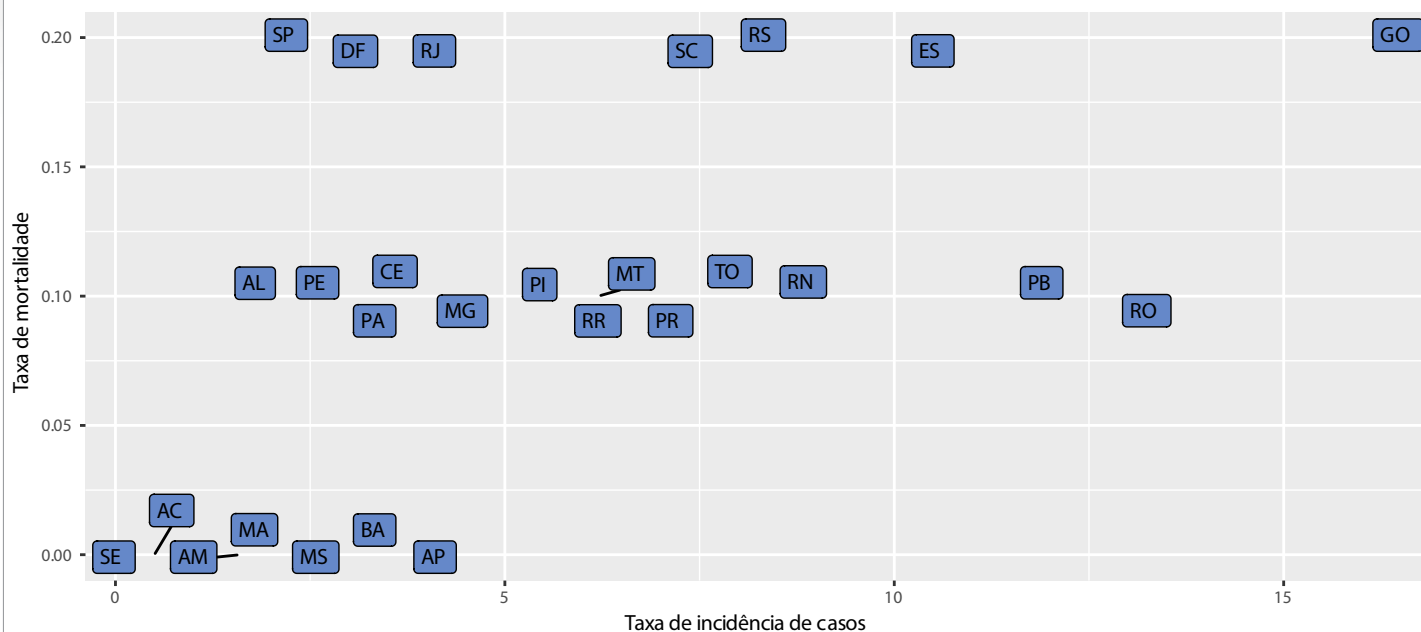
A tendência de manutenção desses indicadores, mesmo considerando as oscilações verificadas nas últimas SE, demonstra que a campanha de vacinação está atingindo um dos seus principais objetivos, qual seja, a redução do impacto da doença, produzindo menos óbitos e casos graves, no entanto, sem o bloqueio completo da transmissão da doença. A inspeção visual das curvas do gráfico do número de óbitos e da proporção da população total vacinada com esquema completo, embora não permita uma análise conclusiva, é clara quando mostra que a queda de mortes acompanha o crescimento da cobertura vacinal. A circulação da variante Delta e outras que têm surgido no mundo pode aportar uma maior transmissibilidade da doença ou mesmo maior letalidade, como vem ocorrendo, por exemplo, em determinados países da Europa.

Neste contexto, é importante ainda manter algumas medidas de proteção individual, como o uso de máscaras e a higienização das mãos, junto à intensificação das campanhas de vacinação. No âmbito do SUS, é necessário o reforço de ações de vigilância em saúde, a readequação dos serviços de atenção à saúde, desde as unidades básicas até os hospitais especializados, de modo a diagnosticar e tratar oportunamente possíveis doentes graves de Covid-19, bem como atender a demandas por atenção de outras doenças, que vêm sendo adiadas.

**TENDÊNCIAS DE INCIDÊNCIA COVID-19**  
Crescimento médio diário do número de casos (%)  
nas duas últimas semanas



TAXAS DE INCIDÊNCIA E MORTALIDADE (CASOS POR 100.000 HAB.)



Observatório Covid-19 | Fiocruz

TENDÊNCIAS DA INCIDÊNCIA E DA MORTALIDADE POR COVID-19

Região	UF	Casos	%	Óbitos	%	Taxa de casos	Taxa de óbitos
Norte	Rondônia		↔ 0,4		↑ 6,8	12,8	0,1
Norte	Acre		↔ 3,6		↔ 0,0	0,5	0,0
Norte	Amazonas		↔ -0,9		↔ 1,1	1,6	0,0
Norte	Roraima		↔ 0,3		↓ -16,2	5,9	0,1
Norte	Pará		↔ 0,9		↑ 8,8	3,2	0,1
Norte	Amapá		↔ 1,0		↔ 4,3	3,7	0,0
Norte	Tocantins		↔ -0,5		↔ -1,5	8,1	0,1
Nordeste	Maranhão		↔ 0,6		↔ 0,4	1,8	0,0
Nordeste	Piauí		↔ -1,7		↑ 7,0	5,8	0,1
Nordeste	Ceará		↔ 2,9		↑ 9,5	3,7	0,1
Nordeste	Rio Grande do Norte		↔ 0,7		↔ 3,7	8,4	0,1
Nordeste	Paraíba		↓ -17,7		↔ -1,9	12,3	0,1
Nordeste	Pernambuco		↔ -3,1		↔ -1,8	3,0	0,1
Nordeste	Alagoas		↔ -2,4		↔ 0,0	1,4	0,1
Nordeste	Sergipe		↔ -0,9		↑ 7,6	0,4	0,0
Nordeste	Bahia		↔ 1,2		↔ 0,5	3,0	0,0
Sudeste	Minas Gerais		↔ -2,9		↔ -3,1	4,0	0,1
Sudeste	Espírito Santo		↔ -1,8		↔ -2,9	10,9	0,2
Sudeste	Rio de Janeiro		↔ -1,6		↔ -1,0	4,5	0,2
Sudeste	São Paulo		↔ 2,7		↔ 3,6	2,6	0,2
Sul	Paraná		↓ -6,5		↓ -8,3	7,5	0,1
Sul	Santa Catarina		↔ -2,1		↔ 3,4	7,8	0,2
Sul	Rio Grande do Sul		↔ -2,4		↔ -1,4	7,9	0,2
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul		↔ 1,4		↔ -1,9	2,5	0,0
Centro-Oeste	Mato Grosso		↔ -4,3		↔ -3,0	6,2	0,1
Centro-Oeste	Goiás		↑ 5,8		↔ -4,6	16,1	0,2
Centro-Oeste	Distrito Federal		↔ -2,0		↔ 0,9	3,5	0,2

NÍVEIS DE ATIVIDADE E INCIDÊNCIA DE SÍNDROMES RESPIRATÓRIAS AGUDAS GRAVES (SRAG)				
Região	UF	Casos	Taxa	Nível
Norte	Rondônia		1,8	Alta
Norte	Acre		2,0	Alta
Norte	Amazonas		2,0	Alta
Norte	Roraima		0,7	Epidêmica
Norte	Pará		1,3	Alta
Norte	Amapá		1,6	Alta
Norte	Tocantins		2,5	Alta
Nordeste	Maranhão		0,4	Pré-epidêmica
Nordeste	Piauí		2,2	Alta
Nordeste	Ceará		1,3	Alta
Nordeste	Rio Grande do Norte		2,3	Alta
Nordeste	Paraíba		1,7	Alta
Nordeste	Pernambuco		2,7	Alta
Nordeste	Alagoas		1,2	Alta
Nordeste	Sergipe		1,6	Alta
Nordeste	Bahia		1,1	Alta
Sudeste	Minas Gerais		3,6	Alta
Sudeste	Espírito Santo		1,0	Alta
Sudeste	Rio de Janeiro		2,2	Alta
Sudeste	São Paulo		3,9	Alta
Sul	Paraná		5,0	Muito alta
Sul	Santa Catarina		3,9	Alta
Sul	Rio Grande do Sul		3,6	Alta
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul		2,9	Alta
Centro-Oeste	Mato Grosso		0,6	Epidêmica
Centro-Oeste	Goiás		2,1	Alta
Centro-Oeste	Distrito Federal		3,8	Alta

Observatório Covid-19 | Fiocruz

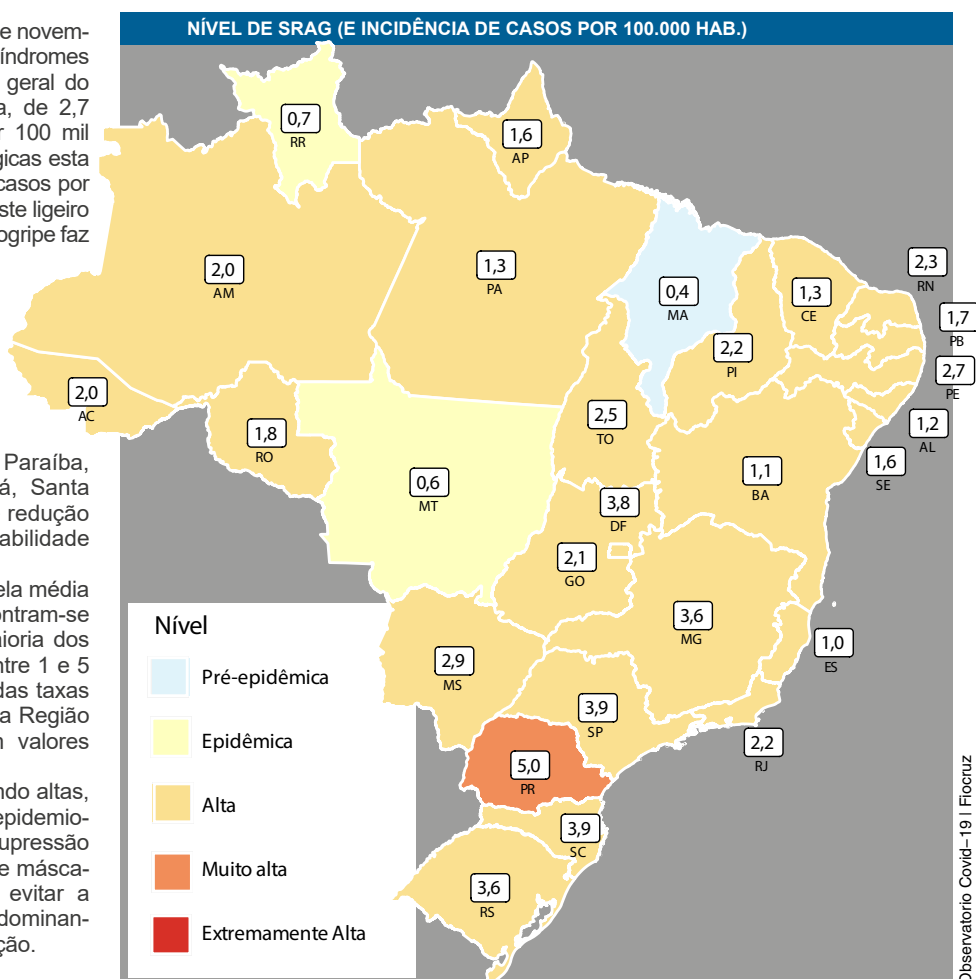
## Níveis de atividade e incidência de Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG)

Nas semanas epidemiológicas 45 e 46 (7 a 20 de novembro), a avaliação de nowcasting dos casos de Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG), no quadro geral do país, apresenta um ligeiro aumento na incidência, de 2,7 casos por 100 mil habitantes para 2,8 casos por 100 mil habitantes. Nas últimas cinco semanas epidemiológicas esta incidência tem se mantido nesta faixa, entre 2 e 3 casos por 100 mil habitantes, sendo que na semana 46 com este ligeiro viés de aumento. A avaliação de nowcasting pelo Infogripe faz a estimativa do momento atual por meio de técnicas estatísticas de análise do tempo utilizado para notificação dos casos de SRAG, registrados na base de vigilância Sivep-gripe.

As tendências de incidência de SRAG no país, entretanto, não são homogêneas. Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Tocantins, Ceará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e São Paulo têm tendência de aumento na incidência. Paraíba, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão com sinal de redução de casos. Os demais estados aparecem com estabilidade da incidência.

No mapa, os níveis de incidência de SRAG, pela média móvel, no Maranhão, Roraima e Mato Grosso encontram-se abaixo de 1 caso por 100 mil habitantes. Na maioria dos estados as estimativas se concentram na faixa entre 1 e 5 casos por 100 mil habitantes, que são consideradas taxas altas. Em particular, observa-se que os estados da Região Sul, além de São Paulo e Minas Gerais, têm valores superiores a 3 casos por 100 mil habitantes.

As taxas de incidência de SRAG, permanecendo altas, continuam a requerer as atividades de vigilância epidemiológica. Entre elas, atenção para as medidas de supressão de transmissão de vírus respiratórios, como uso de máscaras de proteção, testagem e orientações para evitar a disseminação do Sars-CoV-2, que permanece predominante entre as notificações de SRAG, além da vacinação.



Observatório Covid-19 | Fiocruz

# Leitos de UTI para COVID19

As taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos no SUS obtidas em 22 de novembro de 2021 indicam a manutenção do indicador em níveis baixos na maior parte do país. Chamam a atenção, entretanto, os valores observados em Rondônia (71%), Pará (65%) e Distrito Federal (84%), que denotam pioras, mesmo considerando a redução de leitos que vem ocorrendo paulatinamente no decorrer dos últimos de quatro meses. Entre os dias 15 e 22 de novembro, o Pará se juntou a Rondônia na zona de alerta intermediário, após 16 semanas fora da zona de alerta e aproximadamente cinco semanas com patamar em torno de 125 leitos. O Distrito Federal, por sua vez, volta à zona de alerta crítico, após quatro semanas fora dela, embora deva se sublinhar o baixo número de leitos disponíveis. Entre as capitais, destacam-se as elevadas taxas observadas em Porto Velho (87%), Fortaleza (94%) e Brasília (84%), com respectivamente 30, 18 e 37 leitos disponíveis no dia 22.

Resumindo, o Distrito Federal encontra-se na zona de alerta crítico (84%), e Rondônia (71%) e o Pará (65%) estão na zona de alerta intermediário. Os outros 24 estados estão fora da zona de alerta: Acre (10%), Amazonas (21%), Roraima (31%), Amapá (16%), Tocantins (24%), Maranhão (18%), Piauí (57%), Ceará (51%), Rio Grande do Norte (39%), Paraíba (21%), Pernambuco (49%), Alagoas (29%), Sergipe (18%), Bahia (36%), Minas Gerais (14%), Espírito Santo (46%), Rio de Janeiro (32%), São Paulo (22%), Paraná (27%), Santa Catarina (35%), Rio Grande do Sul (53%), Mato Grosso do Sul (26%), Mato Grosso (36%) e Goiás (25%).

Entre as capitais, Porto Velho (87%), Fortaleza (94%) e Brasília (84%) estão na zona de alerta crítico, e Porto Alegre (61%) encontra-se na zona de alerta intermediário. As demais estão fora da zona de alerta: Rio Branco (10%), Manaus (46%), Boa Vista (31%), Macapá (20%), Palmas (20%), São Luís (14%), Teresina (50%), Natal (42%), João Pessoa (29%), Maceió (48%), Salvador (22%), Belo Horizonte (48%), Vitória (47%), Rio de Janeiro (31%), São Paulo (28%), Curitiba

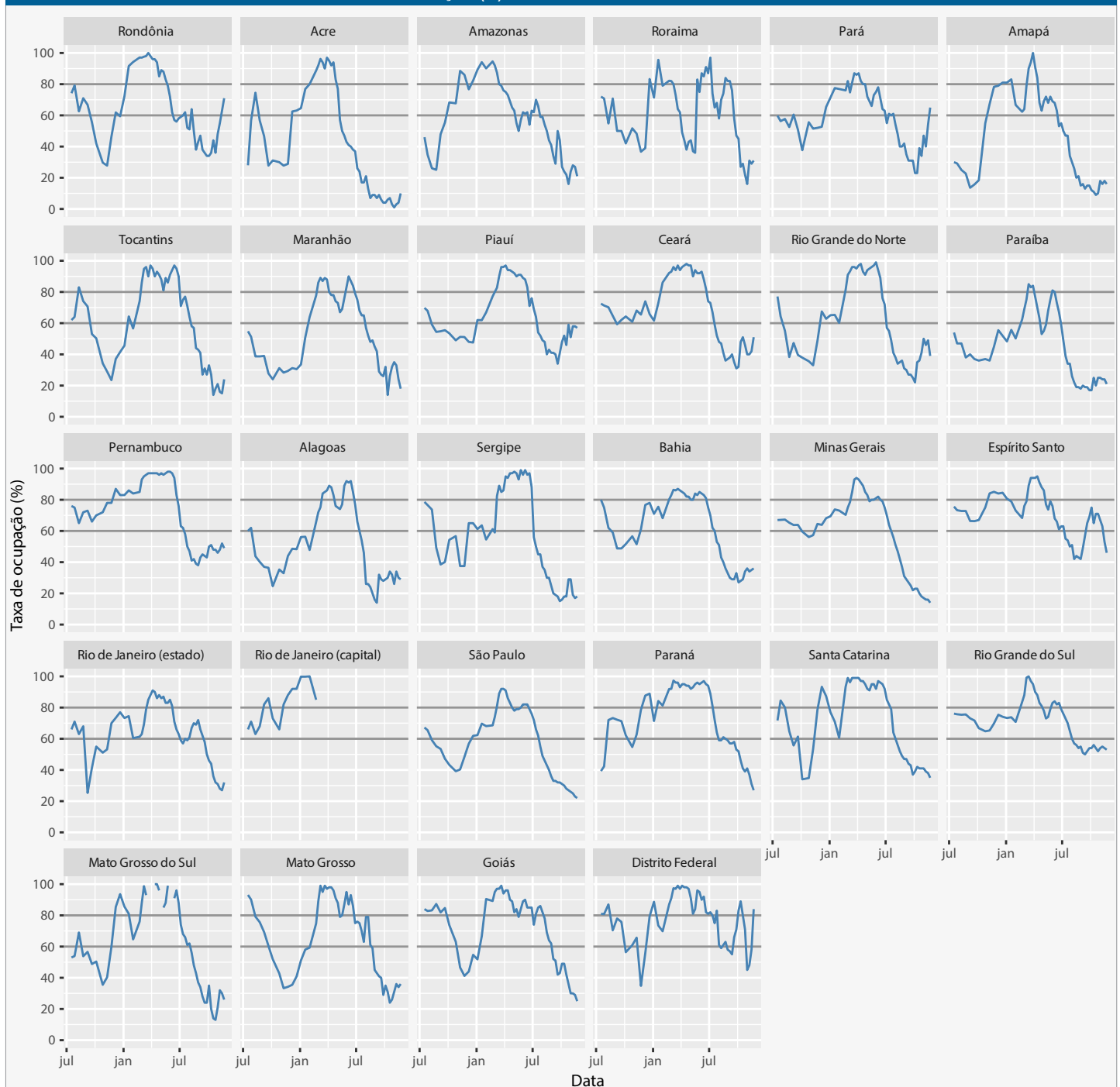
(31%), Florianópolis (49%), Campo Grande (30%), Cuiabá (43%) e Goiânia (23%). As taxas de Belém, Recife e Aracaju não foram divulgadas separadamente, podendo-se afirmar que as duas últimas estão fora da zona de alerta.

As elevações observadas nas taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos no SUS em Rondônia, Pará e Distrito Federal devem ser monitoradas nas próximas semanas, com vistas a apreender se há efetivamente um aumento consistente de internações ou não. Os números reduzidos de leitos disponíveis em muitas unidades federativas torna o indicador muito sensível a quaisquer aumentos nas internações.

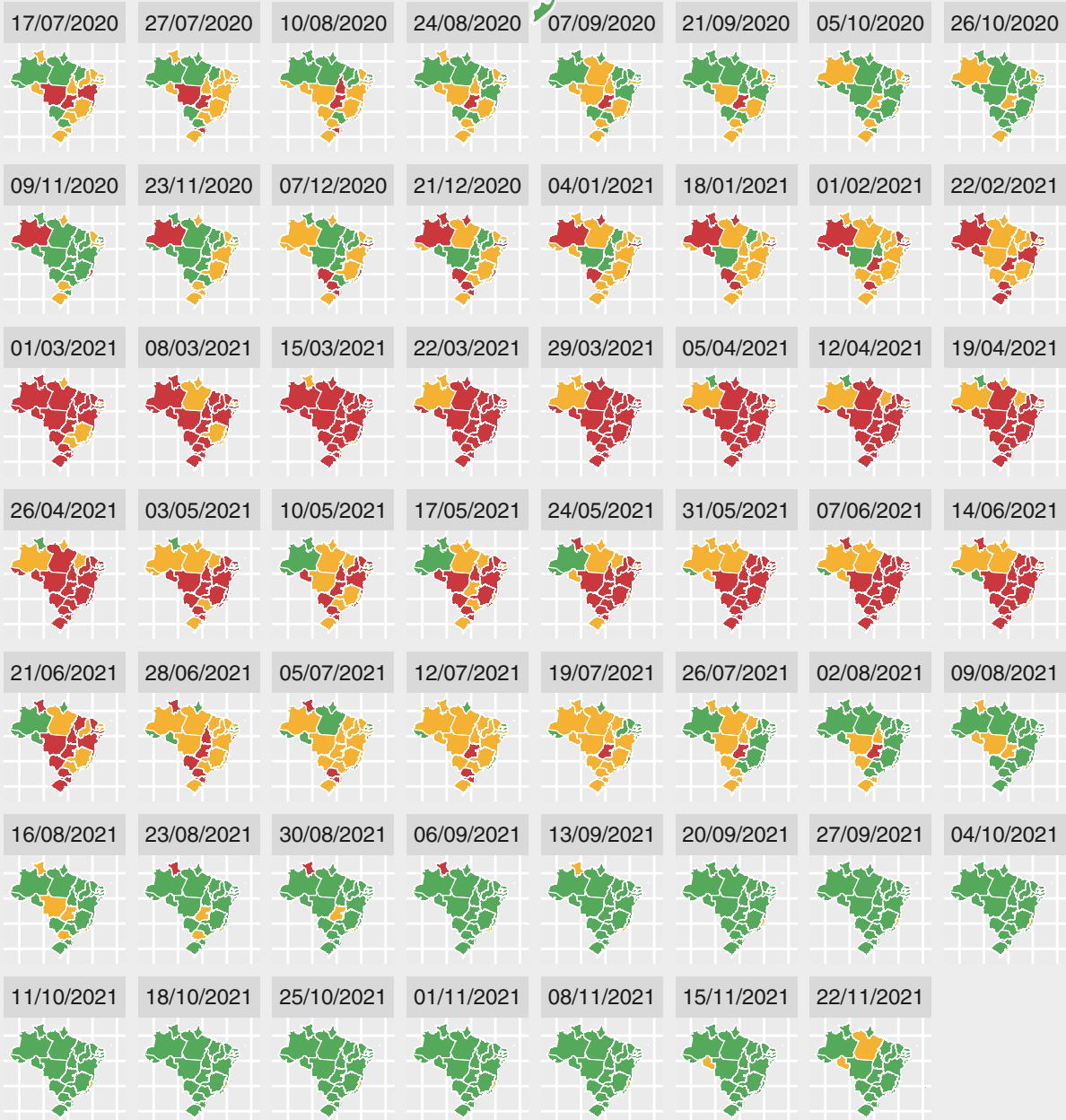
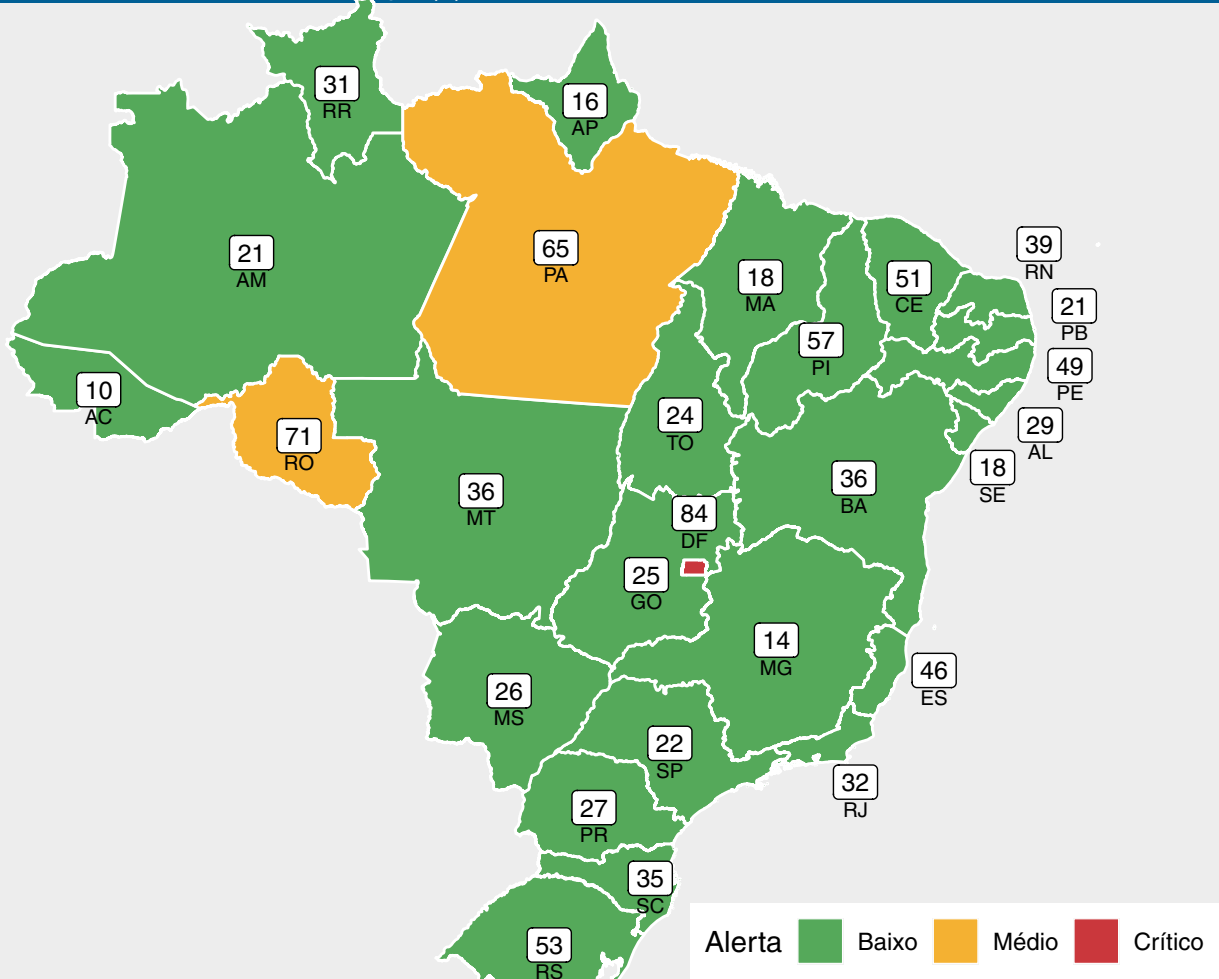
Os acontecimentos na Europa são um alerta de que é preciso que temos de nos manter atentos. O alastramento de casos novos de Covid-19 se deu a partir de pessoas não vacinadas. E a e ainda são predominantes os casos e, mais especificamente, os casos graves, neste grupo. Entretanto, pessoas vacinadas também têm sido afetadas, apontando a necessidade do reforço vacinal de forma mais generalizada do que a antes colocada, centrada em idosos. A ideia de que as vacinas contra a Covid-19 perderiam a sua capacidade de proteção no decorrer do tempo tem se confirmado.

O fim de ano se aproxima, e a perspectiva das festas e do verão, em um contexto em que as pessoas vão se sentindo mais tranquilas e relaxadas frente à pandemia, remete para a necessidade de se clamar por cautela e monitorar quaisquer possíveis sinais de recrudescimento da doença. É fundamental precisamos continuar avançando na vacinação de primeira e segunda doses, bem como no reforço vacinal. Medidas como a exigência do passaporte de vacinas em locais públicos, e de controle da situação vacinal e testagem de viajantes no país, devem ser implementadas ou expandidas. Também é importante manter o uso de máscara em ambientes abertos com aglomeração, ambientes fechados públicos e mesmo em ambientes fechados privados em circunstâncias que ponham juntas pessoas que não coabitam, especialmente indivíduos, pessoas de grupos vulneráveis.

TAXA DE OCUPAÇÃO (%) DE LEITOS DE UTI COVID-19 PARA ADULTOS



TAXA DE OCUPAÇÃO (%) DE LEITOS DE UTI COVID-19 PARA ADULTOS



# O avanço da vacinação e a distribuição de imunizantes

Segundo dados do MonitoraCovid-19, disponibilizados pelo @coronavirusbra1 (<https://coronavirusbra1.github.io/>) e oriundos das secretarias estaduais de Saúde, mais de 305 milhões de doses de vacinas foram administradas no Brasil, o que representa a imunização de 74,1% da população com a primeira dose, 61,1% com o esquema de vacinação completo e 6,9% com a dose de reforço.

Dezesseis estados apresentam mais de 70% da população vacinada com a primeira dose e dezenove têm mais de 50% com a segunda dose. São Paulo segue com cerca de 80% da população com a vacinação da primeira e o comportamento recente do indicador aponta estabilidade na aplicação de primeira dose. Com relação ao esquema vacinal completo, São Paulo foi o único estado que ultrapassou a marca de 70% da população vacinada com a segunda dose ou a dose única. Mato Grosso do Sul, com 11,3%, e o Espírito Santo, com 10,7% da população com a terceira dose, apresentam o maior percentual com dose de reforço.

Os dados apontam que foram aplicadas, até 25 de novembro, mais de 305 milhões de doses dos imunizantes, com 51,9% destas doses destinadas à primeira, 43,1% à segunda dose ou à dose única e 5,0% à terceira dose (reforço ou adicional). Mato Grosso do Sul apresenta o maior percentual de doses destinadas a completar o esquema vacinal, com 45,2%, e o maior percentual de terceira dose, com 8,1%. Amapá e Pará apresentam as maiores diferenças entre aplicação de primeira e segunda doses/dose única. No Acre e no Amapá observa-se o menor número de doses de reforço ou doses adicionais.

Os dados do Ministério da Saúde (tabela 2) apontam que mais de 364 milhões de doses de imunizantes foram distribuídas aos estados e que 92,5% dos imunizantes já foram destinados aos municípios para aplicação. Dentre as 27 unidades da Federação, Roraima e Rio Grande do Norte apresentam o menor percentual de repasses de imunizantes dos estados para os municípios.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO VACINADA

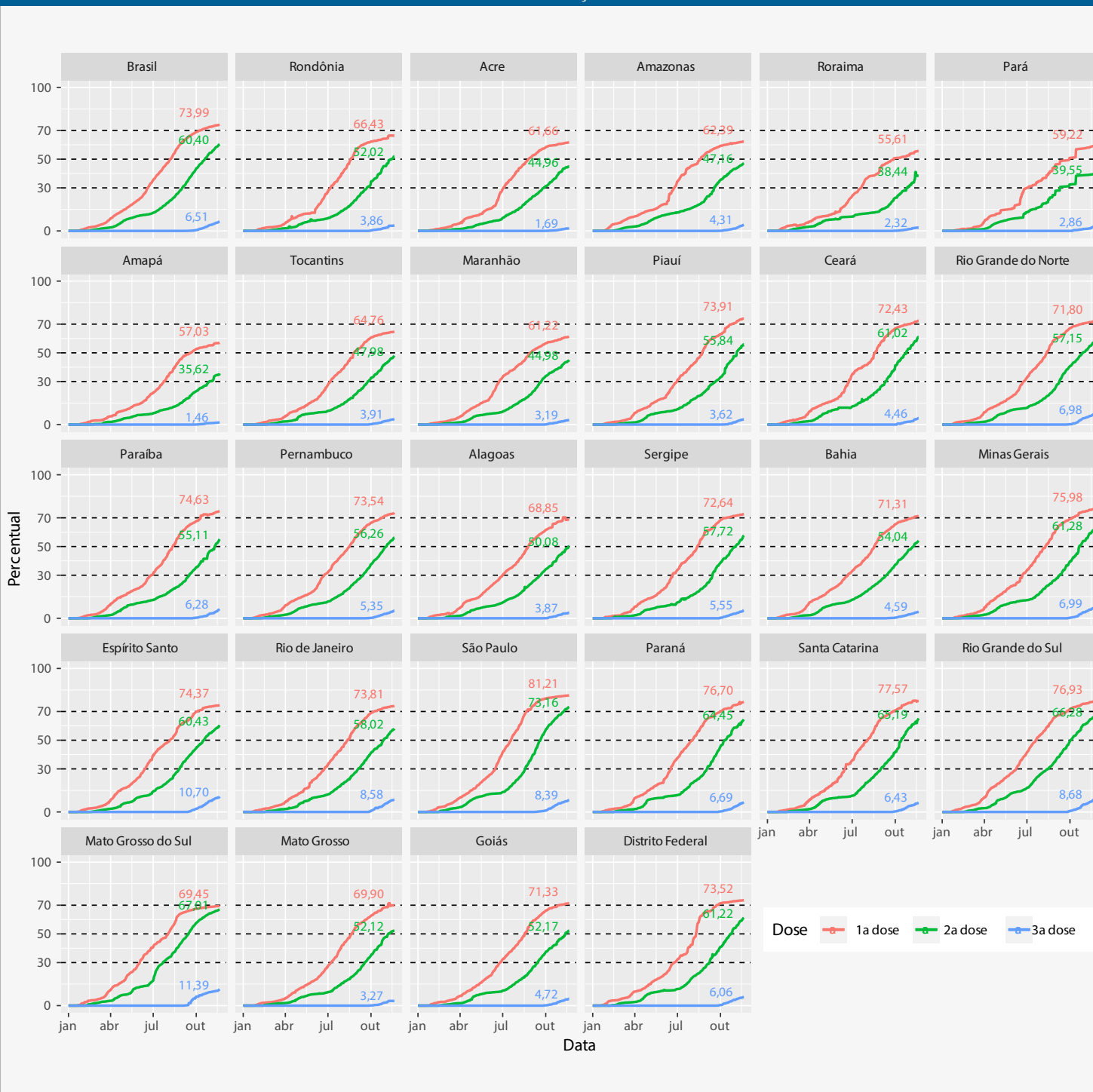


TABELA 1 - DOSES APLICADAS, PERCENTUAL SEGUNDO DOSE VACINAL E DIFERENÇA PERCENTUAL ENTRE AS DOSES

UF	Doses aplicadas	Dose 1	Dose 2 / Dose única	Dose 3	% doses destinadas a primeira dose	% doses destinadas a segunda dose e dose única	% terceira dose
BRASIL	305.100.977	158.435.284	131.498.694	15.166.999	51,9	43,1	5,0
ACRE	991.130	560.599	414102	16429	56,6	41,8	1,7
ALAGOAS	4.214.591	2.328.269	1739075	147247	55,2	41,3	3,5
AMAZONAS	4.929.084	2.675.744	2047494	205846	54,3	41,5	4,2
AMAPÁ	837.118	502.773	320244	14101	60,1	38,3	1,7
BAHIA	19.498.728	10.692.831	8112946	692951	54,8	41,6	3,6
CEARÁ	12.908.274	6.715.308	5730674	462292	52,0	44,4	3,6
DISTRITO FEDERAL	4.418.038	2.279.395	1935790	202853	51,6	43,8	4,6
ESPÍRITO SANTO	6.060.512	3.063.051	2533927	463534	50,5	41,8	7,6
GOIÁS	9.520.712	5.179.426	3943259	398027	54,4	41,4	4,2
MARANHÃO	7.934.116	4.398.819	3288206	247091	55,4	41,4	3,1
MINAS GERAIS	31.555.860	16.343.002	13526676	1686182	51,8	42,9	5,3
MATO GROSSO DO SUL	4.324.614	2.020.827	1953141	350646	46,7	45,2	8,1
MATO GROSSO	4.608.660	2.520.549	1948331	139780	54,7	42,3	3,0
PARÁ	9.007.701	5.261.602	3488788	257311	58,4	38,7	2,9
PARAÍBA	5.718.639	3.055.146	2386395	277098	53,4	41,7	4,8
PERNAMBUCO	13.302.840	7.139.813	5572640	590387	53,7	41,9	4,4
PIAUÍ	4.489.604	2.454.685	1888868	146051	54,7	42,1	3,3
PARANÁ	17.335.435	8.920.308	7588948	826179	51,5	43,8	4,8
RIO DE JANEIRO	24.970.318	12.935.956	10419395	1614967	51,8	41,7	6,5
RIO GRANDE DO NORTE	4.934.493	2.567.682	2095706	271105	52,0	42,5	5,5
RONDÔNIA	2.243.872	1.205.877	960297	77698	53,7	42,8	3,5
RORAIMA	631.323	362.984	250971	17368	57,5	39,8	2,8
RIO GRANDE DO SUL	17.655.198	8.844.074	7706087	1105037	50,1	43,6	6,3
SANTA CATARINA	11.101.413	5.717.882	4880279	503252	51,5	44,0	4,5
SERGIPE	3.232.943	1.703.631	1388186	141126	52,7	42,9	4,4
SÃO PAULO	76.780.600	37.941.298	34593676	4245626	49,4	45,1	5,5
TOCANTINS	1.895.161	1.043.753	784593	66815	55,1	41,4	3,5

Fonte : <https://coronavirusbra1.github.io/> 25/11/2021

TABELA 2 - DOSES DISTRIBUÍDAS AOS ESTADOS E REPASSADAS AOS MUNICÍPIOS

UF	DOSES DISTRIBUÍDAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE AOS ESTADOS	DOSES DISTRIBUÍDAS PELOS ESTADOS AOS MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DE REPASSE
BRASIL	364.097.468	336.951.313	92,50%
ACRE	1.391.400	1.162.777	83,60%
ALAGOAS	5.224.235	4.616.568	88,40%
AMAZONAS	6.412.560	5.557.945	86,70%
AMAPÁ	1.277.850	1.175.491	92,00%
BAHIA	25.794.027	23.121.967	89,60%
CEARÁ	15.859.516	14.705.076	92,70%
DISTRITO FEDERAL	5.718.247	5.718.247	100,00%
ESPÍRITO SANTO	7.091.630	7.043.935	99,30%
GOIÁS	11.756.940	10.825.802	92,10%
MARANHÃO	10.726.025	9.437.004	88,00%
MINAS GERAIS	37.930.939	35.893.037	94,60%
MATO GROSSO DO SUL	4.820.515	4.599.001	95,40%
MATO GROSSO	6.193.767	5.706.016	92,10%
PARÁ	12.788.455	12.740.389	99,60%
PARAÍBA	7.076.455	6.690.624	94,50%
PERNAMBUCO	15.820.530	14.806.553	93,60%
PIAUÍ	5.459.905	5.333.896	97,70%
PARANÁ	20.098.142	19.512.703	97,10%
RIO DE JANEIRO	31.102.033	30.223.179	97,20%
RIO GRANDE DO NORTE	6.194.030	3.759.073	60,70%
RONDÔNIA	2.817.558	2.580.421	91,60%
RORAIMA	1.085.848	682.192	62,80%
RIO GRANDE DO SUL	20.165.186	19.757.739	98,00%
SANTA CATARINA	12.769.328	12.255.904	96,00%
SERGIPE	3.768.845	3.734.360	99,10%
SÃO PAULO	82.246.927	78.500.342	95,40%
TOCANTINS	2.506.575	2.529.319	100,90%

Fonte : [https://infoms.saude.gov.br/extensions/DEMAs\\_C19VAC\\_Distr/DEMAs\\_C19VAC\\_Distr.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/DEMAs_C19VAC_Distr/DEMAs_C19VAC_Distr.html) 25/11/2021